

## AULA DE CAMPO COMO PRÁTICA INCLUSIVA

Thaísa Salustino de Sena  
Adriana Conceição Silva  
Anna Cláudia Chagas de Araújo

*Centro Universitário Facex- UNIFACEX  
isa.salustino@gmail.com*

**Resumo:** No Brasil, as políticas voltadas à pessoa com deficiência são recentes, a Constituição Federal de 1988, trouxe a legislação necessária para o avanço nesse campo. Em muitos casos, as crianças com necessidades especiais precisam ser “atraídas” por metodologias que além de inclusivas, devam ser também satisfatórias e empolgantes. Acompanhar, diariamente, crianças especiais faz crescer a vontade de usar estratégias que possibilitem o desenvolvimento dessas crianças. Uma dessas estratégias é a aula de campo. Embora seja um desafio levar os alunos a um ambiente diferente da sala de aula, também é possível utilizar a aula de campo para superação e crescimento de todos os envolvidos no processo (professores, estagiários e alunos). Diante disso, surgiu a seguinte problemática: as aulas de campo são produtivas para alunos com necessidades especiais? Acredita-se que sim, uma vez que os objetivos propostos para a aula de campo foram alcançados por todos os alunos, incluindo-se os que possuem necessidades especiais. Assim, este trabalho de pesquisa tem como objetivo descrever de que forma uma aula de campo pode ser usada como prática inclusiva para alunos com deficiências. Este trabalho se justifica pela curiosidade das pesquisadoras em relação ao tema, e a observação participante de uma delas como professora-estagiária da turma pesquisada. O trabalho foi realizado na Escola Madre Fitzbach, em sala de aula regular do 3º ano do ensino fundamental, turno matutino e composta por 18 crianças, onde 05 alunos tem laudos que incluem: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Baixa Visão, Atrofia de Célula do Crânio e Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor. Quanto à metodologia, este trabalho científico realizou-se por meio de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo, que partiu de um levantamento bibliográfico, tendo como técnicas de coleta de dados uma observação participante. A aula de campo proporcionou a ampliação dos conhecimentos aos que possuem deficiência, bem como, a construção de novos saberes sobre o meio em que vivem, além disso, o desenvolvimento da aula despertou significativa reflexão sobre o papel da escola e seus atores dentro da perspectiva de educação inclusiva, proporcionando um novo olhar a respeito da pessoa com deficiência: um olhar mais responsável, humano a partir das potencialidades e habilidades da pessoa com deficiência. Nesse contexto, podemos afirmar que as aulas de campo são produtivas para os alunos com deficiência, visto que ao longo do processo observamos a evolução cognitiva e social dos alunos interagentes desta pesquisa, pois, ao final do processo, os alunos produziram com mais facilidade os textos da experiência vivenciada no Parque Natural Municipal da Cidade do Natal – Dom Nivaldo Monte. Nessa ordem, foi relevante a realização desse estudo, dessa forma impulsionou a compreensão de que a vivência é tão importante quanto os conteúdos estudados em sala de aula, pois foi visível a apreensão dos conhecimentos pelos alunos.

**Palavras-chave:** Aula de campo, Inclusão, Deficiências.

### 1. INTRODUÇÃO

Falar de inclusão, no Brasil, remonta a uma série de medidas que auxiliaram as famílias e educadores na questão da pessoa com deficiência. Desde a Constituição de 1988, que impulsionou a garantia de que todos são iguais perante a lei, a

pessoa com deficiência não mais era tratada com desprezo, passou a ser inserida no contexto social, com direito à vida, liberdade, igualdade, educação e segurança.

A prática da inclusão, na educação brasileira, não é tarefa fácil e nem simples. Tampouco pode ser atribuída somente ao professor, mas a todos os entes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Toda instituição deve nos dias de hoje pensar a sua prática pedagógica, visando à inclusão de alunos com as mais diversas especialidades. (PAULON, FREITAS, PINHO, 2005)

O desafio de levar os alunos em um ambiente diferente da sala de aula é uma realidade, principalmente, quando temos na turma crianças com algumas limitações; porém, é possível a superação e crescimento de todos (professores, estagiários e alunos), visto que a aula de campo tem sido uma ferramenta produtiva no processo de ensino-aprendizagem.

Diante disso, surgiu a seguinte problemática: as aulas de campo são produtivas para alunos com necessidades especiais? Acredita-se que sim, uma vez que os objetivos propostos para a aula de campo foram alcançados por todos os alunos, incluindo-se os que possuem necessidades especiais.

Isso posto, este trabalho de pesquisa tem como objetivo descrever de que forma uma aula de campo pode ser usada como prática inclusiva para alunos com deficiências. Para perceber a efetivação dos objetivos, nos reportamos a Passini (2007, pág. 172) que diz que “a aula de campo seria um método ativo e interativo, pois o espaço não é fragmentado. [...]” evidenciando que não há barreiras para a realização de uma atividade de campo, pois toda a comunidade é propícia para a construção do conhecimento das crianças.

Este trabalho se justifica pela da curiosidade das pesquisadoras em relação ao tema, especialmente, a observação participante de uma delas como professora-estagiária da turma pesquisada.

Sobre isso coadunam Lima e Assis (2005) defendendo que “o trabalho de campo se configura como um recurso para o aluno compreender o lugar e o mundo, articulando a teoria à prática, através da observação e da análise do espaço vivido e concebido”, ainda mais quando se tratam de alunos com algum tipo de especificidade.

Quanto à metodologia, este trabalho científico realizou-se por meio de uma pesquisa descritiva, partindo de uma pesquisa bibliográfica, tendo como técnicas de coleta de dados uma observação participante. A pesquisa se desenvolveu na Escola Madre Fitzbach, mantida pela Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE, instituição filantrópica de Natal, em sala de aula regular do 3º ano do ensino fundamental, turno

matutino e composta por 18 crianças, nas quais 05 alunos tem laudos que incluem: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, Baixa Visão, Atrofia de Célula do Crânio e Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor.

## 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO

Para compreender a proposta da educação inclusiva, é necessário fazer um breve resgate histórico sobre a educação de pessoas com deficiência no decorrer dos anos. A história das pessoas com deficiência é apontada com muita luta contra a exclusão e o preconceito. Segundo Corrêa (2010, pág. 16), na Antiguidade, “o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham alternativas senão a vida à margem da sociedade”.

Na Idade Média, com o fortalecimento da Igreja, o clero passou a enxergar as pessoas com deficiência como pessoas de Deus, e “elas não mais podiam ser exterminadas”, passando a ser jogadas “à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana” (Aranha, 2005). Nesse período, foram instaurados dois importantes processos na sociedade: a inquisição católica e a reforma protestante. Um dos períodos mais tristes da humanidade, marcado pela “perseguição, caça e extermínio de seus dissidentes [...] e dentre essas, especialmente para as pessoas com deficiência mental”.

Na Idade Moderna, com o Humanismo em voga, a ideia de inclusão torna-se mais forte e práticas favoráveis à integração de pessoas com deficiência vão surgindo, ainda que incipientes. Fatos contribuíram para esse entendimento, como, por exemplo, a primeira demonstração do alfabeto de sinais, e doentes mentais passam a receber estudo, a partir da crença que tais doenças eram advindas do cérebro. Apesar dessas práticas, ainda era comum visualizar nessa época pessoas que vivam na mendicância (GUGEL, 2007).

No século XIX, Pinel<sup>1</sup> – médico psiquiatra, ficou famoso ao diagnosticar o caso do Selvagem de Aveyron, e Itard, seu seguidor e também psiquiatra do século XIX, foi precursor de ideias inclusivas dedicando inclusive doações financeiras a causa de crianças com

---

<sup>1</sup> Philippe Pinel nasceu em 1745 e faleceu em 1826, na França. Filho de médico formou-se em medicina em 1773. Em 1792 Pinel tornou-se o médico chefe do asilo para homens Bicêtre, em Paris, onde desenvolveu uma nova forma de tratamento aos pacientes, que muitos autores atualmente consideram como a primeira reforma da psiquiatria. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br>. acessado em: 02/09/2017.

deficiência auditiva, participando, contrariando o Pinel, seu mestre, e dedicando-se a estudos e tratamento ao menino Victor<sup>2</sup>, embora sem muito sucesso.

O século XX, por volta da década de 1960, ficou marcado com a criação de dois novos conceitos: a desinstitucionalização e a normalização, que “defendiam a necessidade de introduzir a pessoa com necessidades educacionais especiais na sociedade, procurando ajudá-la a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal” (ARANHA, 2005, pág. 17-18).

No Brasil, as políticas voltadas à pessoa com deficiência são recentes, a Constituição Federal, de 1988, trouxe a legislação necessária para o avanço nesse campo. A inclusão pautada na lei tem evoluções que podem ser vistas no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Leis de incentivo à inclusão**

| LEIS   | RESUMO  |
|--|---|
| CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL – 1988                      | Estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). |
| LEI 1989- LEI nº 7.853/89                                  | Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.  |
| 1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI 8.069/90 | O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.   |
| 1990 DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS             | Documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.   |

<sup>2</sup> O "menino selvagem" Victor de Aveyron é um dos casos mais conhecidos de seres humanos criados livres em ambiente selvagem. Provavelmente, abandonado numa floresta aos 4 ou 5 anos, foi objeto de curiosidade e provocou discussões acaloradas principalmente na França, onde o caso ocorreu, no final do século XVIII e início do XIX. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br>. acessado em: 02/09/2017.

|  |   |
|--|---|
|  |   |
| 1994 – DECLARAÇÃO DE SALAMANCA                                 | Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.  |
| 1994 – POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL                  | Em movimento contrário ao da inclusão, demarca retrocesso das políticas pública ao orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “ (...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”   |
| 1996- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 9.394/94. | No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.<br>Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. |
| 2002- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2002.                              | Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.  |
| 2004 – DECRETO Nº 5.294/64.                                    | Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível).   |
| 2009 – DECRETO Nº 6.949.                                       | Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira.   |

|  |   |
|--|---|
| 2011 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). | Projeto de lei ainda em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada. |
| 2012 -LEI Nº12.764                       | Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.  |

Fonte: as autoras<sup>3</sup>, 2017.

Pode-se observar que a legislação vigente no país, cada vez mais, favorece práticas que corroboram com a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola, amparando a essas crianças e dando-lhes novas possibilidades, se antes crianças com especialidades não tinham perspectiva para o futuro, hoje, essas leis oferecem alternativas de inserção na sociedade.

### 3. METODOLOGIA

Em 04 de Abril de 1982, com a missão de valorizar a pessoa com deficiência do Rio Grande do Norte, promovendo a assistência integral, através de atendimentos nas áreas de saúde, educação, reabilitação, esporte, cultura, lazer e trabalho, é fundada a Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE<sup>4</sup>, uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, que atua em Natal e grande Natal, buscando, de forma efetiva, a promoção do desenvolvimento, aprendizagem e inclusão da pessoa com deficiência: intelectual, física, auditiva, múltiplas, síndromes, paralisia cerebral e distrofia muscular progressiva.

<sup>3</sup> Construído a partir da legislação vigente. Disponível no site: <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>. Acessado em 02.09.2017 às 15:30.

<sup>4</sup> A referida instituição autorizou a divulgação do seu nome e objetivos institucionais aqui dispostos.

A referida instituição presta assistência e orientação social à pessoa com deficiência e seus familiares, objetiva sua excelência na habilitação e reabilitação de crianças, adultos e idosos de todo o estado do Rio Grande do Norte e mantém a Escola Madre Fitzbach, escola regular do ensino fundamental, que atende crianças - na faixa etária de seis a onze anos - e que trabalha na perspectiva de educação inclusiva.

Passini (2007) e Lima e Assis (2005) informam sobre as vantagens da aula de campo como recurso pedagógico, e reforçando o pensamento dos autores citados, consideramos que a atividade fora de sala de aula é uma importante ferramenta metodológica, pois tende a auxiliar no processo de construção de conhecimento, ligando o conteúdo que foi exposto, em sala de aula, com a vivência da criança.

O professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem precisa se utilizar estratégias que permitam a interação do sujeito com o meio, focando no conhecimento global a partir do respeito à diversidade de opiniões, construção do pensamento crítico e valorização dos conhecimentos prévios dos alunos. Nesse sentido, percebemos o desejo dos alunos em atividades concretas, dinâmicas e motivadoras. Tomado como base esse olhar, somado a nossa intencionalidade e objetivos de um conteúdo previsto, planejamos uma prática pedagógica mais efetiva que favorecesse a sistematização e construção do conhecimento.

Mesmo sabendo da dificuldade na logística de uma aula de campo, principalmente considerando o perfil do grupo e a acessibilidade do local, planejou-se uma visita ao Parque Natural Municipal da Cidade do Natal - Dom Nivaldo Monte - com o objetivo de vivenciar os conteúdos da Área de Ciências da Natureza, das unidades temáticas da Vida e Evolução, Terra e Universo, estudados em sala de aula.

Em reunião de acompanhamento foi exposto à supervisão de estágio e coordenação pedagógica, a necessidade dessa prática, e, coletivamente foi discutido com os demais membros da equipe, partindo dos argumentos apresentados por uma das autoras, como professora-estagiária, encaminhando o planejamento da aula de campo, com a metodologia a ser utilizada, data agendada, recursos necessários e os responsáveis pela ação.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 20 do mês de junho de 2017, com a devida autorização dos pais, fomos ao Parque Natural Municipal da Cidade do Natal - Dom Nivaldo Monte, em um ônibus que pertence a instituição, com 15 alunos, sendo 4 com laudos de deficiência. As mães dos alunos 3<sup>5</sup> e 4 compareceram para auxiliar no trabalho.

No primeiro momento, fizeram uma trilha de 1.000 m, guiada por um profissional do parque, conhecendo a vegetação e os animais presentes naquela região. Os alunos com deficiência acompanharam o trajeto fazendo perguntas sobre os animais que viram no decorrer do caminho.

Após a trilha, seguiram para uma sala de teto solar, nomeada de “Berçário das Plantas”, momento que demonstraram emoção, ao ver e conhecer todo o processo de nascimento e crescimento das plantas. O aluno 1 ao perceber a muda da planta disse “olha só, uma mudinha!”, esse fato é relevante, uma vez que este aluno não costuma verbalizar com frequência.

Figura 1 – Sala com teto solar



Fonte: aula de campo, 2017.

No terceiro momento, seguiram para lanchar em uma sala e depois tiveram uma palestra com uma profissional que trabalha no local sobre a história do Parque, as reservas e

---

<sup>5</sup> Para garantir a preservação da identidade dos alunos observados, utilizaram-se números para referir-se aos mesmos, assim sendo: 1 – aluno com transtorno do espectro autista; 2 – aluno com TDAH; 3 – aluna com baixa visão; 4 – aluno com atrofia de célula do crânio.

Obs. O aluno que tem atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, não foi autorizado pelos pais a participar da aula de campo.



sobre quem foi Dom Nivaldo Monte. Todos os alunos participaram, inclusive as crianças com deficiência, que fizeram perguntas querendo saber sobre como surgiu o parque e quais animais presentes. E, a partir disso, seguiram para uma sala de animais empalhados. Conhecendo, assim, todos os animais que existem no parque.

Figura 2 – Palestra sobre o parque



Fonte: aula de campo, 2017.

No outro dia, em sala, como produto final, as crianças fizeram um trabalho em grupo, produzindo um texto escrito que relatava como foi sua experiência, e, apresentando em forma de seminário para os demais colegas. As crianças com deficiência tiveram um momento para relatar o que haviam aprendido na aula de campo, assim, constatamos que a experiência foi muito exitosa, porque os alunos tiveram a oportunidade de ver, sentir e se emocionar com o ambiente natural, seus elementos, características dos animais, dos tipos de solo e vegetação, do processo de nascimento das plantas e a importância delas para a nossa existência. Ainda hoje, os alunos observados na pesquisa associam elementos dos conteúdos da aula de campo aos conteúdos estudados em sala de aula.

## 5. CONCLUSÕES

As atividades extraclasse, e aqui destacamos uma aula de campo, proporcionou a ampliação dos conhecimentos dos alunos com deficiência, pois o concreto trouxe, de fato, evidências entre a explicação do professor e o objeto de conhecimento. O desenvolvimento da aula despertou significativa reflexão sobre o papel da escola na perspectiva de educação inclusiva, no qual, precisamos permitir um novo olhar a respeito da pessoa com deficiência:

um olhar mais responsável e humano, onde todos podem aprender a partir das suas habilidades, potencialidades e talentos.

Nesse contexto, defendemos que a aula de campo é de fato uma prática pedagógica produtiva para os alunos com deficiência, visto que, ao longo do processo observamos a evolução cognitiva, interação e socialização com o meio, pois, ao final do processo, os alunos produziram com mais facilidade os textos da experiência vivenciada no Parque Natural Municipal da Cidade do Natal – Dom Nivaldo Monte.

Nessa ordem, foi relevante a realização desse estudo, pois impulsionou a compreensão e mudança de postura de outros profissionais da escola, nos quais perceberam que a vivência e aprendizagem a partir do real, é mais significativa e exitosa porque facilita a sistematização e construção de novos saberes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANHA, M. S. F. **Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** Visão Histórica. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005. v. 1.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>. Acesso em: 02 set. 2017.

Inclusão Já!, Leis e documentos. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>. Acessado em 02.09.2017 às 15:30.

LIMA, V. B; ASSIS, L. F. DE. **Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia.** *Revista da Casa de Geografia de Sobral.* Sobral, v. 6/7, n. 1, 2004/2005.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L. E PINHO, G. S. **Documentário subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p.11-19, 2005.